



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 09/07/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Paulão (PT - AL) - O Deputado cobrou da Secretaria de Segurança Pública de Alagoas a apuração rigorosa do assassinato do jovem Gabriel, de 16 anos, ocorrido em Palmeira dos Índios (AL), supostamente por ação de policiais militares. Denunciou que o inquérito ainda não foi concluído e que há risco de criminalização da vítima, que não portava arma. Além disso, defendeu a urgência do debate pela Casa de temas como a taxaço do IOF, a isenço do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a taxaço dos super-ricos, mencionando que a contribuio de 40 bilionários poderia gerar mais de R\$ 1 trilhão para financiar políticas sociais e enfrentar a desigualdade.

Erika Hilton (PSOL - SP) - A Deputada denunciou o assassinato brutal do jovem Fernando, de 17 anos, em Manaus (AM), espancado até a morte após reagir a uma ofensa homofóbica. Em seguida, responsabilizou a LGBTfobia estrutural e criticou a omissão do Congresso Nacional na defesa da comunidade LGBTQIA+. Também mencionou que discursos de ódio, inclusive de Parlamentares, alimentam essa violência cotidiana. Ademais, informou ter acionado o Ministério dos Direitos Humanos e defendeu a responsabilização dos assassinos. Reafirmou o compromisso com a luta por dignidade, proteção e políticas públicas para a população LGBTQIA+.

Marcon (PT - RS) - O Deputado destacou a presença da Vereadora Ana Paula, de Bagé (RS), no Plenário da Câmara. Ressaltou que além de ser a primeira Vereadora surda do Rio Grande do Sul, Ana Paula é professora concursada e mãe, e esteve em Brasília para participar de um debate sobre pessoas com deficiência. Também elogiou sua atuação voltada à defesa das mulheres, dos jovens, da saúde pública e da inclusão. Ademais, ressaltou o compromisso da vereadora com a promoção de direitos e a transformação social e manifestou apoio da bancada do PT à sua trajetória e às causas que representa.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado criticou os altos juros praticados no Brasil, classificando-os como os mais escorchantes do mundo e responsáveis por sugar 20% do PIB nacional. Destacou que essa carga afeta diretamente o Governo, as empresas e, sobretudo, as famílias brasileiras. Além disso, cobrou do Presidente do Banco Central a redução da taxa de juros em até 3% na próxima reunião da instituição. Também desafiou o Governo Lula a aprovar seu projeto que prevê a taxaço de lucros excessivos com IOF sobre os rentistas. Finalizou conclamando coragem ao PT e ao Presidente Lula.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP) - O Deputado defendeu o papel das agências reguladoras na garantia da qualidade dos serviços públicos no Brasil. Destacou a importância dessas entidades no combate à fraude de combustíveis, na fiscalização da distribuição de energia e na regulação da saúde suplementar. Informou que 53 entidades do setor de infraestrutura assinaram manifesto em defesa das agências e convidou os colegas para audiência pública sobre o tema na Comissão de Minas e Energia. Ao concluir, salientou que proteger as agências reguladoras é proteger os direitos dos cidadãos.

Coronel Armando (PP - SC) - O Deputado defendeu a valorização das Forças Armadas e alertou para o orçamento insuficiente destinado à defesa nacional. Com base em sua experiência militar, destacou a necessidade de investimentos para garantir a soberania do Brasil. Criticou o uso inadequado das aeronaves da Força Aérea Brasileira e apresentou projeto de lei que estabelece regras para seu uso, priorizando missões oficiais e proibindo sigilo sobre os voos. Acrescentou ainda que a proposta também veda o transporte de familiares e acompanhantes não relacionados à missão, com o objetivo de moralizar e tornar mais eficiente o uso dos bens públicos.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado criticou o Governo Federal por comprometer a soberania nacional e as relações diplomáticas do Brasil. Nesse sentido, reprovou o apoio do Presidente Lula a governos autoritários e, em especial, a convocação do representante dos Estados Unidos para explicações no Ministério das Relações Exteriores após declarações do Presidente Donald Trump em defesa de Jair Bolsonaro. Classificou o ato como uma tentativa de retaliar um aliado histórico do Brasil em nome de uma perseguição política ao ex-Presidente. Ao concluir, ressaltou que Bolsonaro é alvo de ações injustas do Supremo Tribunal Federal e segue como principal liderança política do País.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado criticou a atuação do Supremo Tribunal Federal em relação à decisão do Congresso Nacional de sustar o decreto do IOF. Destacou que houve nova judicialização da política, com o Supremo Tribunal Federal assumindo um papel de poder moderador inexistente na Constituição. Rejeitou o que classificou como intromissão indevida do Judiciário sobre decisões soberanas da Câmara e do Senado, que representam o povo. Defendeu que o Congresso adote postura firme para fazer valer a autoridade dos seus atos e alertou que a submissão constante coloca em risco a integridade do Poder Legislativo.

Padre João (PT - MG) - O Deputado manifestou repúdio ao programa de escolas cívico-militares implementado pelo Governador Romeu Zema em Minas Gerais, classificando a iniciativa como autoritária e sem relação com a missão da educação pública. Denunciou a pressão do Governo estadual sobre mais de 700



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

escolas para aderirem a uma gestão compartilhada com a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, criticando a ausência de investimentos em infraestrutura, esporte e alimentação escolar. Saudou a mobilização do Sind-UTE e convocou pais e a comunidade escolar para resistirem ao programa, com paralisações e atos públicos em defesa da educação democrática.

Henderson Pinto (MDB - PA) - O Deputado registrou a presença do Vereador Zé Antônio, do Município de Prainha (PA), e de Edinaldo Ribeiro, Presidente da Colônia de Pescadores Z-31, destacando a importância da pesca artesanal no Brasil. Ressaltou que o País possui mais de 1,1 milhão de pescadores artesanais, sendo mais de 510 mil apenas no Estado do Pará, com 68 mil na sua região. Além disso, parabenizou a realização da sessão solene em homenagem a esses trabalhadores e reafirmou seu compromisso com a defesa da pesca artesanal, fundamental para a economia e a cultura da Amazônia.

Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 3.275, de 2025, de sua autoria, que propõe incluir como ato de improbidade administrativa o início ou a continuidade de obras públicas sem previsão orçamentária. Citou dados do Tribunal de Contas da União que apontam mais de 11.800 obras paralisadas no País e criticou a prática de gestores que lançam obras sem garantir recursos, muitas vezes intencionando apenas visibilidade pública. Enfatizou que essa conduta é irresponsável, gera prejuízos à sociedade e precisa ser coibida com maior rigor legal.

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada denunciou o desmonte da educação pública no Paraná e cobrou providências diante do adoecimento de professores e da violência nas escolas. Relatou que mais de 8.900 docentes foram afastados por questões de saúde mental e lamentou a morte de duas educadoras em ambiente escolar. Criticou a falta de acolhimento do Governo Ratinho Júnior e citou o caso de uma criança autista encontrada amarrada em uma escola de Araucária (PR). Ademais, reivindicou ações do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação e do Ministério Público, além da criação de políticas de atenção psicossocial, formação sobre neurodiversidade e o fim da militarização escolar.

Marx Beltrão (PP - AL) - O Deputado criticou a Medida Provisória nº 1.303, de 2025, que dificulta o acesso dos pescadores artesanais ao seguro-defeso. Destacou que a proposta aumenta a burocracia ao transferir aos Municípios a homologação do benefício e condiciona o pagamento à disponibilidade orçamentária do Governo. Ressaltou que isso representa uma tentativa de extinguir um direito garantido por lei. Também informou ter apresentado emenda para suprimir esses trechos da medida provisória e garantiu que continuará lutando pela manutenção do seguro-defeso, essencial para a subsistência de milhares de pescadores no Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado manifestou apoio à crítica feita pelo Deputado Marx Beltrão à Medida Provisória nº 1.303, de 2025, destacando a necessidade de garantir justiça aos pescadores artesanais. Reforçou que o seguro-defeso é um benefício essencial, pago durante o período da piracema, quando a pesca é proibida, assegurando o sustento das famílias de pescadores. Ademais, defendeu alterações no texto da medida provisória e convocou a união dos Parlamentares, especialmente das regiões Norte e Nordeste, para proteger os direitos da categoria.

Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS - RR) - O Deputado celebrou os 135 anos de Boa Vista (RR), destacando seu orgulho pelas raízes familiares na história da cidade, já que seus bisavôs João Capistrano da Silva Mota e Alfredo Venâncio de Souza Cruz foram Prefeitos do Município. Ressaltou a arquitetura planejada de Boa Vista, inspirada no modelo parisiense, e elogiou seu desenvolvimento urbano e beleza. Defendeu a valorização das riquezas turísticas e culturais locais, conclamando maior integração da capital com o restante do País.

Paulo Folletto (PSB - ES) - O Deputado agradeceu ao Deputado Diego Garcia pela relatoria favorável ao projeto de sua autoria que institui o dia 10 de outubro como o Dia Nacional de Combate à Ludopatia, o vício em jogos. Também alertou para o crescimento do vício em jogos *on-line*, como o chamado “jogo do tigrinho”, muitas vezes associado ao uso de cigarros eletrônicos. Destacou que a data já é reconhecida como o Dia Mundial da Saúde Mental e que o novo marco contribuirá para conscientizar a população sobre os impactos desse transtorno, que pode comprometer até o orçamento familiar.

Zé Haroldo Cathedral (PSD - RR) - O Deputado denunciou o descumprimento da Lei nº 15.157, de 2025, por parte do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que estaria mantendo convocações indevidas para perícias médicas de pessoas com deficiência permanente, contrariando o que foi aprovado pelo Congresso após a derrubada do Veto nº 38, de 2024. Enfatizou que a norma é clara ao dispensar a avaliação periódica, exceto em casos de suspeita fundamentada de fraude. Criticou a manutenção de uma lógica burocrática que ignora laudos de condições irreversíveis e apelou ao novo Presidente do INSS, Gilberto Waller, para corrigir imediatamente a prática.

Alexandre Guimarães (MDB - TO) - O Deputado criticou a decisão do Ministro Alexandre de Moraes que suspendeu os efeitos da votação do Congresso sobre a revogação do aumento do IOF. Argumentou que tal decisão fere o princípio constitucional da separação e independência entre os Poderes, configurando a chamada ditadura da toga. Reforçou que todo o poder deve emanar do povo, exercido por representantes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

eleitos, conforme determina a Constituição. Além disso, alertou para os impactos econômicos da tributação sobre o consumo e defendeu que o melhor programa social é o estímulo à geração de emprego e renda.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado comentou a aprovação da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, a chamada PEC da Segurança Pública, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Como Presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública, relatou ter articulado uma estratégia com outros Parlamentares e obtido do Presidente Hugo Motta o compromisso de que a relatoria ficaria com alguém ligado ao tema. Criticou colegas que insistiram em obstruir a votação na CCJ e destacou que o mérito da proposta será tratado na Comissão Especial, já que o artigo mais polêmico — sobre intervenção nos Estados — foi retirado do texto pelo Relator. Por fim, defendeu que o texto seja aprimorado para garantir um modelo eficiente para a segurança pública do País.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado denunciou a decisão de um juiz da comarca de Itaúba (MT) que soltou dois suspeitos presos com grande quantidade de entorpecentes, incluindo maconha e cocaína, e com histórico criminal. Destacou que a liberdade foi concedida com base em inconsistência no boletim de ocorrência, o que classificou como uma "inversão de valores". Em seguida, pediu apuração da conduta do magistrado pela Corregedoria-Geral de Justiça e pelo Conselho Nacional de Justiça, e anunciou que apresentará nota de repúdio à Comissão de Segurança Pública, além de moção de louvor aos policiais envolvidos na operação.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado registrou a inauguração da biblioteca mais moderna do Maranhão, localizada em Santa Quitéria do Maranhão (MA) e construída pela Prefeita Sâmia Moreira. Destacou que o prédio é imponente, funcional e equipado com amplo acervo de livros, além de tecnologia que permite acesso digital a obras e periódicos. Assegurou que a iniciativa beneficiará tanto a geração atual quanto as futuras, sendo um marco para a educação no Município.

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado manifestou solidariedade à família do policial militar Geidson Thiago, assassinado com cinco tiros pelas costas no Maranhão. O crime teria sido cometido covardemente por um Prefeito após uma discussão, sob alegação de legítima defesa. Concluiu repudiando o ocorrido e elogiando a atitude do Governador do Estado por propor a promoção póstuma do policial, garantindo amparo à sua família e reconhecimento à sua trajetória na corporação.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada criticou a declaração do Deputado Nikolas Ferreira contra a taxa dos super-ricos, acusando-o de defender interesses de uma suposta nova "bancada dos bilionários".



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Afirmou que o argumento de que os ricos deixariam o Brasil caso fossem taxados é falacioso, já que o país oferece alta rentabilidade financeira devido às elevadas taxas de juros. Além disso, denunciou a injustiça tributária brasileira, onde professores pagam proporcionalmente mais imposto de renda do que milionários, e defendeu a tributação dos super-ricos como condição essencial para promover justiça fiscal no país.

Murillo Gouvea (UNIÃO - RJ) - O Deputado registrou a presença do Prefeito Taninho, de Natividade (RJ), na Câmara dos Deputados. Destacou que o Prefeito está conhecendo a Casa Legislativa e anunciou a destinação de recursos para a região. Enviou cumprimentos à população de Natividade e ao norte e noroeste fluminense.

Icaro de Valmir (PL - SE) - O Deputado parabenizou a advogada sergipana Rose Moraes, Secretária-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por assumir interinamente a Presidência do Conselho Federal da Ordem. Destacou que ela se junta a outras três mulheres que já ocuparam o cargo mais alto da advocacia brasileira. Homenageou especialmente a advocacia sergipana e as mulheres advogadas do Brasil.

Geraldo Resende (PSDB - MS) - O Deputado celebrou a iminente conquista da implementação de escolas e creches dentro de aldeias indígenas em Mato Grosso do Sul. Destacou seu compromisso com pautas prioritárias como saúde, educação, inclusão de pessoas com deficiência e defesa dos povos indígenas. Por fim, anunciou que, em articulação com o Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, seis escolas devem ser inauguradas nas aldeias ainda neste mês.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado saudou a presença de autoridades municipais do Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados. Destacou o Prefeito de Arvorezinha (RS), primeiro eleito pelo Partido Liberal (PL) no Município, e os Vereadores Lucas, Renato e Egídio, da cidade de Sertão (RS), elogiando seu compromisso com a população. Por fim, também cumprimentou o Vereador Marcos SJ, de Guaíba (RS), reconhecendo seu trabalho voltado à inclusão e sua expressiva votação.

Coronel Tadeu (PL - SP) - O Deputado alertou para o risco de desequilíbrio fiscal em 2027, citando a preocupação manifestada pela Ministra Simone Tebet. Criticou o aumento de gastos do atual Governo desde a aprovação da chamada PEC da Transição, a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, que altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107 e define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; afirmando que os R\$ 145 bilhões liberados já foram utilizados sem retorno produtivo. Em seguida, denunciou a criação de 24 novos tributos nesta legislatura, atribuindo à atual gestão uma arrecadação excessiva e gastos ainda maiores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Também criticou a má gestão de estatais, especialmente da Petrobras, e pediu que a Câmara atue como freio à “gastança”, priorizando pautas de responsabilidade fiscal e em benefício direto à população.

Da Vitoria (PP - ES) - O Deputado anunciou a realização do Fórum Capixaba de Segurança Pública, no Centro de Convenções de Vitória (ES), organizado pela Fundação Francisco Dornelles e pelo Progressistas (PP), que contará com a presença de autoridades como o Deputado Alberto Fraga, Presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública, e o Secretário de Segurança de São Paulo, Guilherme Derrite. Explicou que o objetivo é debater estratégias para fortalecer a segurança pública no Espírito Santo e no país. Por fim, reforçou o convite a gestores, operadores da segurança e Parlamentares.

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou o governo Lula, destacando a instabilidade econômica e a perda de apoio popular, afirmando que “só o *impeachment* vai resolver o problema do Brasil”. Em contraste, elogiou o Presidente argentino Javier Milei por supostamente promover avanços significativos na economia da Argentina e por demonstrar autoridade ao evitar um encontro com Lula durante visita de Lula à ex-Presidente Cristina Kirchner. Encerrando, Girão afirmou que o país sofre não só com questões econômicas, mas também com “falta de vergonha na cara”.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado manifestou apoio às mobilizações populares marcadas para o dia seguinte, destacando atos em São Paulo (SP) e no Rio de Janeiro (RJ) (às 17h na Praça XV). Criticou a manutenção da escala 6x1 no trabalho, apontando uma desconexão entre os Parlamentares e a população: enquanto 70% da sociedade apoia o fim da escala, 70% dos Deputados são contra. Por fim, também condenou o orçamento secreto e políticas que favorecem bilionários, reforçando que o povo deseja mais direitos e justiça social.

Juscelino Filho (UNIÃO - MA) - O Deputado registrou a visita do Deputado paraguaio Rodrigo Gamarra ao Parlamento brasileiro. Destacou que o Parlamentar do Partido Colorado, legenda do Presidente do Paraguai, está no Brasil com o objetivo de conhecer tecnologias que possam ser aplicadas em seu país. Saudou e prestou homenagem ao colega sul-americano.

Dr. Fernando Máximo (UNIÃO - RO) - O Deputado propôs o Projeto de Lei nº 3.276, de 2025, que institui o Programa Mounjaro de Prevenção e Tratamento da Obesidade e do Diabetes Tipo 2, com oferta gratuita de tratamento farmacológico e acompanhamento multiprofissional no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Explicou que o projeto prevê distribuição do medicamento Mounjaro, além de acompanhamento médico e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

multiprofissional, com foco em saúde preventiva. Defendeu que a medida visa melhorar a qualidade de vida e reduzir os altos custos do SUS com complicações dessas doenças.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado manifestou indignação e tristeza pelo assassinato da jovem empresária Maria Bruna, de 27 anos, vítima de latrocínio em Ceará-Mirim (RN). Também lembrou os casos recentes de outros jovens assassinados por criminosos no Estado, como Danilo, de 20 anos, e João Carlos, motorista de aplicativo. Criticou a Governadora Fátima Bezerra (PT) e o Presidente Lula, afirmando que o crime organizado não se combate com câmeras ou programas como o Pena Justa, mas com prisão ou confronto armado. Por fim, expressou solidariedade às famílias das vítimas.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada celebrou a nova fase do Programa Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), implementada pelo Governo Lula, que isenta do pagamento da conta de luz os primeiros 80 kWh para famílias de baixa renda, beneficiando cerca de 60 milhões de pessoas. Destacou que o desconto será automático, sem necessidade de novo cadastro, para quem estiver no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e atender aos critérios, incluindo famílias indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e idosos que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Por fim, reafirmou seu apoio ao Presidente Lula — “continuo fazendo o L” — relacionando as políticas sociais com a melhoria da qualidade de vida, combate à fome, geração de empregos e justiça social, incluindo a luta pelo fim da escala 6x1.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada saudou a presença da Vereadora Damires Rinarlly, de Conselheiro Lafaiete (MG), que esteve na Câmara para discutir o mínimo constitucional para a assistência social. Elogiou a importância do trabalho municipal, destacando que “o século XXI é o século das cidades”, e enalteceu o papel transformador das vereanças. Encerrando, expressou apoio político a Damires, afirmando que ela tem perfil e potencial para se tornar, em breve, Deputada Federal por Minas Gerais.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada alertou servidores públicos federais, estaduais e municipais sobre riscos trazidos pelo relatório da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que abre novo prazo de parcelamento especial de dívidas previdenciárias dos Municípios, publicado em 8 de julho. Informou que o relator incluiu dispositivo que impõe, caso Estados e Municípios não criem regime previdenciário próprio em 18 meses, a adoção automática do Regime Geral de Previdência Social, medida que considera prejudicial à autonomia federativa e aos servidores ativos e aposentados. Também criticou a condução do grupo de trabalho da reforma administrativa, defendendo que a busca por eficiência e redução de gastos não transforme o servidor em vilão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado anunciou a aprovação, na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, de moção de repúdio contra a companhia aérea Latam. Informou que a iniciativa ocorreu após denúncia de que um casal de idosos — ela, cadeirante e gravemente doente; ele, cardiopata — foi abandonado fora do Aeroporto de Brasília, sentado em uma mureta. Também classificou o episódio como violação ao Estatuto da Pessoa Idosa, ao Código de Defesa do Consumidor e às normas da ANAC, que exigem assistência contínua a passageiros com mobilidade reduzida. Ao final, defendeu a responsabilização da empresa e revisão imediata de protocolos.

Daniel Trzeciak (PSDB - RS) - O Deputado criticou a proposta do Governo Federal de instalar cinco praças de pedágio em menos de 150 km entre Camaquã (RS) e Porto Alegre (RS). Mencionou a medida afetar gravemente a competitividade e o desenvolvimento econômico da região da Costa Doce. Destacou a presença do Prefeito de Camaquã, Abner Dillmann, que preside o Consórcio Intermunicipal Centro-Sul e está em Brasília (DF) para tentar barrar a proposta. Também lembrou que o Rio Grande do Sul já enfrenta tarifas elevadas, citando um pedágio de R\$ 19,60, o mais caro do País, cuja concessão expira em 2026.

Emanuel Pinheiro Neto (MDB - MT) - O Deputado lamentou a morte da ex-Vice-Prefeita e ex-Vereadora de Cuiabá (MT), Bia Spinelli. Destacou que ela rompeu barreiras em um cenário político majoritariamente masculino e, mesmo após deixar cargos eletivos, manteve atuação ativa na organização de eventos e no debate público em Mato Grosso. Expressou condolências em nome da capital e afirmou que o legado de Bia Spinelli será inspiração para mulheres e lideranças políticas comprometidas com a cultura e o desenvolvimento da sociedade cuiabana.

Cristiane Lopes (UNIÃO - RO) - A Deputada criticou a decisão da 6ª Turma do TRF1 que suspendeu, por 2 votos a 1, a licença prévia para a repavimentação da BR-319, concedida pelo Ibama. Classificou a medida como um retrocesso que prejudica cerca de 6 milhões de pessoas na Região Norte, isolando comunidades e comprometendo o desenvolvimento econômico e social. Acusou ONGs e órgãos ambientais de dificultarem a obra e afirmou que a bancada da região seguirá lutando pela repavimentação, considerada essencial para garantir o direito de ir e vir e reduzir desigualdades.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado destacou que a Gestão do Presidente Lula reconstruiu a credibilidade do País e retomou o crescimento econômico após a crise do Governo anterior. Defendeu o Projeto de lei nº 1.087, de 2025, do Executivo, para isentar do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil, afirmando que a medida corrige desigualdades e faz justiça tributária, cobrando mais dos que recebem altos salários. Também



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

ênfatiou a política externa baseada em cooperação, criticou ataques de Donald Trump ao BRICS e acusou a extrema direita de atuar contra a soberania nacional.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado repercutiu a declaração do Presidente norte-americano Donald Trump em apoio a Jair Bolsonaro, afirmando que a fala repercutiu mundialmente. Também leu nota atribuída à embaixada dos EUA no Brasil, segundo a qual Bolsonaro e sua família foram “fortes parceiros” e a suposta perseguição política contra eles seria “vergonhosa” e “desrespeitosa às tradições democráticas do Brasil”. Ao final, criticou o Judiciário e o Governo Lula, acusando-os de perseguirem Bolsonaro, e afirmou que “o mundo está de olho no Brasil” diante do cenário político atual.

Cristiane Lopes (UNIÃO - RO) - A Deputada solicitou que sua fala anterior, proferida no plenário, fosse divulgada no programa A Voz do Brasil.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a aprovação, pela Câmara, do Projeto de lei nº 769, de 2024, que amplia cargos no Supremo Tribunal Federal. Classificou a medida como “péssimo exemplo” em um momento de ajuste fiscal e destacou que a Corte já consome quase R\$ 1 bilhão por ano. Argumentou que a proposta não trata de concursados, mas de cargos comissionados, o que, em sua avaliação, reforça o mau uso de recursos públicos. Ao final, afirmou que a votação, ocorrida na noite anterior, “envergonha” a Casa.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado fez uma reflexão sobre o papel do Parlamento e criticou a aprovação de 180 cargos comissionados no STF, com impacto estimado em R\$ 22 milhões anuais, enquanto o Governo alega falta de recursos para saúde e educação. Destacou a aprovação, em comissão, do Projeto de lei complementar nº 234, de 2024, que torna permanente a Lei de Incentivo ao Esporte, com aumento da dedução de 2% para 3%. Também questionou alianças internacionais do Brasil com regimes autoritários e elogiou a postura técnica do Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, ao se posicionar contra aumento do IOF e manter autonomia frente ao Executivo.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado registrou a visita da Vereadora Mariana, de Primavera do Leste (MT), destacando seu protagonismo como uma das mais jovens parlamentares do Estado e sua atuação voltada à tecnologia. Ressaltou a parceria da Vereadora com o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) no desenvolvimento de um sistema tecnológico já em implantação no Município.

Coronel Tadeu (PL - SP) - O Deputado registrou a visita do Vereador Trovão, de José Bonifácio (SP), à Câmara dos Deputados. Informou que além de conhecer a Casa, o Vereador esteve em Brasília com o objetivo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

de buscar recursos para melhorias no Município. Por fim, destacou que Trovão está em seu primeiro mandato e já apresenta resultados significativos para a cidade, elogiando sua atuação e compromisso com a população local.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada agradeceu às 10.249 pessoas que assinaram o abaixo-assinado em apoio ao Projeto de lei nº 67, de 2025, que propõe a redução da jornada de trabalho. Destacou o engajamento do Sindicato do Comércio de Porto Alegre e cobrou que a Câmara avance para transformar a proposta em lei. Também celebrou a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Futebol Feminino, deferida pelo Presidente Hugo Motta, ressaltando o impacto positivo do esporte para a sociedade e a importância da Copa do Mundo de 2027. Por fim, elogiou os 22 anos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pela Conab, como ferramenta essencial no combate à fome e na promoção da segurança alimentar.

Capitão Alden (PL - BA) - O Deputado criticou o que classificou como “narrativas da extrema Esquerda” sobre a taxação dos mais ricos. Afirmou que a oposição tenta enganar a população ao associar os conservadores à defesa dos mais abastados, enquanto, na prática, propõe medidas que impactam a classe média e os mais pobres. Citou o aumento do IOF como exemplo de ação que, embora apresentada como justiça fiscal, atinge diretamente quem depende de crédito e financiamento. Também acusou o Governo de falta de gestão e de usar recursos públicos para manter militância, impor agenda ideológica e ampliar impostos, afirmando que essa política prejudica a população mais vulnerável.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado criticou a postura da oposição durante debate sobre gratificações para servidores efetivos e comissionados do STF. Destacou a contradição de Parlamentares que se manifestam contra benefícios para funcionários, mas se omitem quando a discussão envolve a taxação de supersalários de magistrados, promotores e outras carreiras privilegiadas, além da cobrança sobre bancos e grandes fortunas.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado elogiou o Senador Ciro Nogueira pela iniciativa de propor uma CPI para investigar o que chamou de “milícia digital” ligada à Primeira-Dama Janja. Afirmou que é preocupante que a esposa do Presidente Lula organize um grupo de influenciadores dentro do Palácio do Planalto, misturando interesses pessoais com a estrutura do poder público.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado alertou para a gravidade da crise climática e defendeu ações urgentes diante de eventos extremos como secas, enchentes e incêndios. Criticou o negacionismo climático



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

de líderes mundiais, citando a tragédia recente no Texas, onde mais de 110 pessoas morreram. Destacou a importância da COP 30, que ocorrerá em 2025 no Pará, como oportunidade para o Brasil liderar a transição para uma economia de baixo carbono. Defendeu também o envolvimento da sociedade no debate climático e cobrou dos países ricos o cumprimento das promessas de financiamento ambiental. Concluiu, afirmando que a COP 30 deve ser ponto de virada, com ações concretas e compromisso global com o futuro do planeta.

Welter (PT - PR) - O Deputado destacou os 21 anos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e alertou para o déficit orçamentário que ameaça sua execução. Apesar da demanda de R\$ 1,9 bilhão registrada em edital da Conab, apenas R\$ 900 milhões estão disponíveis. Defendeu que o ajuste fiscal não pode comprometer a compra de alimentos destinados a quem ainda enfrenta a fome no Brasil. Ressaltou que a continuidade da redução da insegurança alimentar, meta central do Governo Lula, depende da eficácia do PAA. Por fim, conclamou o Congresso a buscar soluções orçamentárias para garantir os recursos necessários e reafirmou a importância do programa no combate à fome.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada criticou a fala do Senador Ciro Nogueira sobre o IOF, acusando-o de distorcer informações e confundir a população. Afirmou que o Ministro Fernando Haddad propôs uma alíquota menor que a praticada durante o Governo do Senador. Defendeu a política de justiça tributária do Presidente Lula, que inclui a taxação dos super-ricos, citando casos ligados ao entorno do próprio Senador, como compras de imóveis, relógios de alto valor e viagens de luxo. Destacou a chamada “Taxação BBB”, que atinge bilionários, bancos e *bets*, e afirmou que a resistência do Senador se deve ao impacto direto dessa medida em seus interesses.

Diego Garcia (REPUBLICANOS - PR) - O Deputado registrou a relevância do Projeto de Lei nº 2.343, de 2021, de sua autoria, aprovado na CCJ, que determinou a mudança do nome do Aeroporto Internacional Afonso Pena para Aeroporto Internacional de São José dos Pinhais, reconhecendo a cidade que abriga o terminal. Informou que o projeto, que passou pela Comissão de Cultura com relatoria do Deputado Vermelho e pela CCJ com a relatoria do Deputado Felipe Francischini, foi encaminhado ao Senado Federal. Destacou que a alteração acompanharia o crescimento e o desenvolvimento de São José dos Pinhais, reconhecida como uma das cidades de maior expansão no Paraná, e agradeceu o apoio manifestado pela Câmara Municipal local.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou a postura do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, acusando-o de interferência na soberania nacional e no Judiciário brasileiro. Reagiu às declarações de Trump sobre dobrar tarifas ao Brasil e ao apoio declarado ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, classificando-o como



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

golpista. Apontou, ainda, que as críticas de Trump ao Ministro Alexandre de Moraes refletem uma tentativa de defender a disseminação de *fake news* por *big techs*. Também criticou a postura de políticos brasileiros, como o Governador Tarcísio de Freitas, por apoiarem simbolicamente Trump durante tensões comerciais. Por fim, declarou que o Brasil está sendo atacado em sua soberania e deve reagir com firmeza diante de ameaças externas e internas à democracia.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado registrou a presença do advogado criminalista Luiz Felipe Cunha no Congresso Nacional, destacando sua atuação na área jurídica humanitária. Citou casos acompanhados pelo profissional, como o de D. Adalgiza, de 65 anos, que tentou suicídio após ser condenada a 16 anos e 6 meses; o de Claudinei, que tentou tirar a própria vida três vezes durante o cumprimento de uma pena de 17 anos; e o de Gisele Guedes, mãe de sete filhos, condenada a 14 anos. Defendeu a anistia como uma medida humanitária e elogiou o trabalho do advogado, colocando-se à disposição para apoiar sua atuação.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado defendeu a concessão de anistia a pessoas investigadas ou condenadas por participação em atos antidemocráticos, citando o caso de Adilma Maria Cardoso, professora pernambucana que usou tornozzeira eletrônica por mais de dois anos após cozinhar em um acampamento. Classificou a situação como injustiça e simbolizou a retirada da tornozzeira como um gesto de libertação. Criticou o Governo Lula por cercear liberdades e silenciar opositores, e elogiou declarações do Presidente Donald Trump, que chamou os processos contra Jair Bolsonaro de “caça às bruxas”. Reforçou o apelo: “Deixem Bolsonaro em paz”, associando a defesa do Presidente estrangeiro à preservação da democracia.

Antonio Andrade (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado celebrou os 164 anos de emancipação política e os 287 anos de história de Porto Nacional, no Tocantins, sua cidade natal. Destacou as origens históricas do Município, sua localização estratégica às margens do Rio Tocantins e seu papel no desenvolvimento econômico do Estado, especialmente no agronegócio e na educação. Lembrou o legado político de sua família e sua própria trajetória como líder municipal e estadual. Além disso, ressaltou o patrimônio cultural, a natureza exuberante e a hospitalidade do povo portuense. Criticou a atual administração municipal, mas afirmou manter a esperança em um futuro melhor para a cidade. Por fim, parabenizou os moradores e reafirmou o orgulho por suas raízes.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado comentou as recentes declarações do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em defesa de Jair Bolsonaro, interpretando-as como um alerta contra perseguições políticas. Afirmou que a Embaixada dos EUA reforçou essa posição e destacou que a Justiça norte-americana concedeu



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

novo prazo ao Ministro Alexandre de Moraes para se manifestar em processo relacionado. Finalizou, afirmando que há consequências para ações que atentam contra a democracia, e reforçou que a verdadeira democracia prevalecerá.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado saudou os filiados e filiadas do Partido dos Trabalhadores pelo processo de eleição direta realizado no último domingo, destacando o caráter participativo da iniciativa e parabenizando o Presidente eleito em Sergipe, Senador Rogério Carvalho. Ressaltou o papel histórico do partido na valorização da política e na luta dos trabalhadores. Também celebrou os 22 anos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), elogiando a atuação da Conab e defendendo o aumento do orçamento do programa. Por fim, manifestou apoio à taxação dos super-ricos e à isenção de Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil, convocando a população para ato público em Aracaju em defesa dessas pautas.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado fez um apelo ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) do Espírito Santo para a realização de intervenção urgente na BR-262, no quilômetro de entrada do distrito de Biriricas, em Domingos Martins (ES). Relatou que acidentes frequentes, muitos deles fatais, têm ocorrido no local, comprometendo a segurança e o acesso da comunidade. Informou que o pedido foi feito a partir de demandas do Vereador Daniel, que acompanha a situação de perto.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada anunciou a visita de duas Vereadoras do Mato Grosso à Câmara dos Deputados: Cléo Camargo, de Araputanga, e Alessandra, de Reserva do Cabaçal. Destacou a atuação dessas mulheres na política local e o trabalho que desenvolvem em seus Municípios. Ressaltou que a visita a Brasília tem o objetivo de trocar experiências e buscar recursos para as cidades do oeste do Estado.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado criticou a atuação da Patrulha Ambiental no Rio Grande do Sul, apontando excessos e abusos em abordagens a trabalhadores rurais, pescadores e autoridades locais. Relatou casos graves, como o assassinato do lenhador Valdemar Borth durante fiscalização em Santa Maria (RS), a prisão truculenta do Vice-Prefeito de Maquiné (RS), Lucas Fagundes, e o constante atropelo aos pescadores em São José do Norte (RS). Defendeu o trabalho da polícia ambiental, mas cobrou respeito, urbanidade e preparo adequado para as abordagens, ressaltando que o tratamento dado atualmente humilha e prejudica famílias e a própria imagem da Brigada Militar. Finalizou pedindo revisão dos procedimentos para garantir dignidade e segurança aos cidadãos.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado denunciou cortes de recursos estaduais para a saúde em Campos dos Goytacazes (RJ), atribuídos a divergências políticas entre o Prefeito Wladimir Garotinho e o Presidente da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Defendeu que disputas políticas não devem prejudicar o cidadão e o trabalhador, e manifestou solidariedade ao Prefeito e à população local. Pediu que os conflitos ficassem no âmbito político, sem afetar os serviços públicos e a qualidade de vida dos moradores da cidade.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada destacou a mobilização da classe trabalhadora em defesa da taxaço dos super-ricos, enfatizando a necessidade de justiça fiscal no Brasil. Criticou a elevada carga tributária sobre quem ganha pouco e a isenço quase total para bilionários, banqueiros, grandes empresários e apostas *on-line*. Defendeu a isenço de impostos para quem recebe até R\$ 5 mil e a cobrança justa para os mais ricos, ressaltando o esforço diário dos trabalhadores que enfrentam jornadas longas e dificuldades para garantir o sustento da família. Concluiu, convocando a população para as manifestações do dia 10 de julho e reafirmou o compromisso de estar ao lado do povo na luta contra privilégios e desigualdades.

Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO - TO) - O Deputado registrou as comemorações pelo aniversário de Porto Nacional (RO), representando o Prefeito Ronivon Maciel, o Vice-Prefeito Joaquim do Luzimangues, Vereadores e a população local. Destacou a ampla aceitação do Prefeito, reeleito com mais de 80% dos votos, e ressaltou a importância histórica e cultural da cidade. Anunciou também o lançamento de diversas obras em Porto Nacional e no Distrito de Luzimangues para a próxima segunda-feira.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado alertou para os riscos da proposta de atualização da Lei do Licenciamento Ambiental, pendente na Câmara. Destacou que o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, já aprovada no Senado, representa retrocessos ao desconsiderar direitos constitucionais de povos indígenas, quilombolas e extrativistas, além de enfraquecer órgãos como Funai, Iphan e ICMBio. Argumentou que a aprovação do texto causaria maior judicialização e atrasos nos empreendimentos, prejudicando o desenvolvimento industrial defendido pelo Governo Lula. Defendeu a necessidade de modernizar a lei para fortalecer o Ibama e agilizar os processos de licenciamento, com avaliação ambiental regionalizada. Pediu aos Líderes que evitem votar o projeto neste momento e que se construa uma nova proposta mais adequada.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado criticou a aprovação na Câmara de 40 novos cargos para o Supremo Tribunal Federal (STF), que gerariam mais de 20 milhões de reais em despesas ao País. Classificou a medida como um aumento do Poder do Judiciário para perseguir Parlamentares e restringir vozes no Parlamento, destacando que o STF já é o segundo Judiciário mais caro do mundo, com gastos anuais de 150 bilhões de reais. Condenou também a soltura de 89 presos em Joinville (SC) devido à superlotação, sugerindo ironicamente que fossem empregados nos novos cargos. Por fim, atacou a Primeira-Dama Janja por declarações contra jornalistas e reiterou seu voto contrário ao projeto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Paulão (PT - AL) - O Deputado destacou o lançamento de um edital do Incra em Alagoas para aquisição de imóveis em várias cidades do Agreste. Ressaltou a existência de um litígio fundiário de mais de 10 anos envolvendo o espólio do ex-Deputado João Lyra, especialmente sobre as Usinas Laginha e Guaxuma, que ainda não foi resolvido pelo Incra. Por último, cobrou do Governo a priorização da regularização dessas terras para atender às necessidades dos trabalhadores da região.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado manifestou solidariedade ao Prefeito Wladimir Garotinho e à população de Campos dos Goytacazes (RS) diante de uma disputa política entre o Governador Cláudio Castro, o Presidente da Alerj Rodrigo Bacellar e o Prefeito Wladimir. Denunciou que, por essa rivalidade, o cofinanciamento estadual para os hospitais de Campos foi cortado, prejudicando o atendimento de uma população muito maior do que a prevista na pactuação, afetando a saúde pública de 30 Municípios. Destacou que essa politicagem não pode se sobrepor ao bem-estar dos cidadãos e afirmou que está destinando emendas para ajudar a saúde local.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado fez um apelo pela urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 1.783, de 2023, de sua autoria, que propõe a instalação obrigatória de detectores de metais em escolas públicas e privadas. Lembrou o ataque em uma escola de Estação (RS), que resultou na morte de um aluno de 9 anos e deixou outros feridos. Ademais, lamentou a recorrência da violência no ambiente escolar e criticou a falta de ação legislativa. Pediu que o projeto, já debatido em plenário, seja pautado imediatamente, destacando a urgência de proteger estudantes e professores.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 169, de 2019, que permite o acúmulo do mandato parlamentar com o cargo de professor em instituições públicas. Sobre o assunto, criticou o que considera uma incoerência: Ministros do Supremo Tribunal Federal lecionam em universidades, enquanto Deputados Federais são impedidos de exercer a docência em instituições públicas. Salientou que a restrição representa um enfraquecimento do Legislativo e fere a isonomia entre os Poderes. Ao destacar que a proposta já está pronta para votação, pediu apoio dos colegas para garantir esse direito aos Parlamentares professores.

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Deputado criticou o Governo Federal e o Presidente Lula, responsabilizando-os por altos índices de violência, endividamento público, juros elevados e descontrole administrativo. Além disso, afirmou que o Brasil enfrenta uma crise de segurança com domínio de facções e crescimento do narcotráfico. Também atacou a atuação da Primeira-Dama Janja em temas diplomáticos e acusou o Governo de leniência com a corrupção. Citou ainda possíveis retaliações dos Estados Unidos após



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

declarações contrárias ao Presidente Donald Trump. Ao final, declarou que o PT será derrotado nas eleições de 2026.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado criticou as declarações do Presidente Donald Trump contra o Brasil e a Justiça brasileira, comparando sua postura à ingerência dos Estados Unidos no golpe de 1964. Defendeu a soberania nacional e repudiou a tentativa de Trump de interferir em assuntos internos do País. Em seguida, explicou as mudanças propostas pelo Governo na alíquota do IOF, apontando que a maioria dos ajustes recai sobre operações de alto valor ou internacionais. Reconheceu a necessidade de rever o impacto sobre o Simples Nacional, mas defendeu a medida como instrumento de justiça tributária, essencial para o financiamento de políticas públicas.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado reagiu à declaração do Presidente Donald Trump sobre a imposição de tarifa de 50% a produtos brasileiros, divulgada pelo jornal *Valor Econômico*. Classificou a atitude como um ataque direto à economia nacional e criticou os Parlamentares que apoiam Trump, pedindo que se manifestem em defesa da soberania do Brasil. Lembrou que, ao mesmo tempo em que Trump alega perseguição a Jair Bolsonaro, promove retaliações que prejudicam o povo brasileiro. Por fim, afirmou que Trump é um gângster que tentou um golpe de Estado e hoje age contra os interesses do País.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado criticou a atuação da extrema direita, acusando-a de fazer oposição não apenas ao Governo Lula, mas ao Brasil. Afirmou que o grupo atua para sabotar o Governo e evitar avanços sociais, buscando beneficiar os super-ricos e grandes corporações, como bancos e casas de apostas, ao se opor à taxação progressiva. Além disso, defendeu a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e criticou os que votaram contra a isenção de impostos sobre a cesta básica. Por fim, condenou o anúncio de tarifas por Donald Trump, classificando-o como ataque à soberania nacional.

Filipe Barros (PL - PR) - O Deputado criticou o Governo Lula, especialmente a postura da Primeira-Dama, ao reagir às tarifas impostas pelos Estados Unidos ao Brasil. Reforçou que o Governo estaria mais preocupado em manter relações com governos considerados autoritários, citando interferências em países como Peru e Argentina. Destacou que o Governo Lula teria provocado a alta das tarifas ao atacar o Presidente Trump e que o Executivo Federal não dialoga para defender a soberania nacional, culpando o Governo por crises econômicas internas e atribuindo responsabilidades a fatores externos como Trump. Além disso, criticou também a condução econômica e diplomática do atual Governo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Paulo Pimenta (PT - RS) - O Deputado apresentou questão de ordem com base no artigo 73 do Regimento Interno da Câmara, denunciando a fala do Deputado Filipe Barros como descortês, injuriosa e caluniosa, dirigida à Primeira-Dama, que não estava presente para responder. Destacou que a manifestação desrespeitou autoridades constituídas e envergonhou o Parlamento ao atacar a soberania nacional em um momento de grave tensão diplomática com os Estados Unidos. Também classificou como “vira-latas” os que se alinham a interesses estrangeiros contra o Brasil e conclamou o Congresso a defender a Constituição e a soberania do País.

Filipe Barros (PL - PR) - O Deputado respondeu à questão de ordem do Deputado Paulo Pimenta reafirmando suas críticas à política externa do Governo Lula, classificando-a como “vira-lata”. Ademais, mencionou a visita do Parlamentar à Venezuela para apoiar o governo Maduro e afirmou não temer os ataques recebidos. Também pediu desculpas ao Plenário, não pela crítica, mas por ter desvalorizado os próprios vira-latas ao compará-los com o Presidente Lula.

Silas Câmara (REPUBLICANOS - AM) - O Deputado destacou a homenagem feita pelo Congresso Nacional aos pescadores e pescadoras do Brasil, especialmente do Amazonas, no Dia do Pescador. Relembrou a presença de dezenas de lideranças do setor na Câmara e ressaltou a importância da pesca artesanal, que sustenta milhões de brasileiros. Criticou o Governo Federal pela inclusão do art. 71 na Medida Provisória nº 1.303, de 2025; e pelo Decreto nº 12.527, de 2025, classificando-os como retrocessos burocráticos que penalizam as entidades representativas da pesca. Apelou pela rejeição desses dispositivos e pediu apoio ao seu projeto que visa revogar o decreto presidencial.

ORDEM DO DIA

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal. Além disso, questionou os Parlamentares que apoiam o Presidente Donald Trump se iriam permitir um ataque à soberania nacional.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada encaminhou a votação do artigo 1º do substitutivo constante do PRLP nº 3 apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado encaminhou a votação do artigo 1º do substitutivo constante do PRLP nº 3 apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 1º do substitutivo constante do PRLP nº 3 apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 1º do substitutivo constante do PRLP nº 3 apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a votação do artigo 1º do substitutivo constante do PRLP nº 3, apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Claudio Cajado (PP - BA) - O Deputado orientou a votação do artigo 1º do substitutivo constante do PRLP nº 3, apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a votação do artigo 1º do substitutivo constante do PRLP nº 3, apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado orientou a votação do artigo 1º do substitutivo constante do PRLP nº 3, apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal. Além disso, criticou a ausência de reação de apoiadores de Donald Trump após a taxação de 50% sobre produtos brasileiros, apontando interferência na soberania do País e apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Também mencionou a exclusão desses Parlamentares da posse de Trump e cobrou posicionamento contra o que classificou como atentado à soberania nacional.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - O Deputado orientou a votação do artigo 1º do substitutivo constante do PRLP nº 3, apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal. Além disso, solicitou inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 4.183, de 2024, de sua autoria, que autoriza pais e mães a internarem filhos adolescentes dependentes químicos, argumentando que o Estatuto da Criança e do Adolescente não previu essa possibilidade. Ressaltou que juízes e promotores estão impedidos de agir por força da lei atual e alertou para o crescente número de mortes envolvendo jovens em situação de dependência.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a votação do artigo 1º do substitutivo constante do PRLP nº 3, apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Junio Amaral (PL - MG) - O Deputado orientou a votação do artigo 1º do substitutivo constante do PRLP nº 3, apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, ressaltou que o STF estaria focado em pautas antidemocráticas e na perseguição a opositores políticos. Relacionou a recente taxaço de 50% imposta pelos Estados Unidos ao Brasil a essa postura institucional e advertiu para o risco de o País ser equiparado a regimes autoritários, como o da Venezuela.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a votação do artigo 1º do substitutivo constante do PRLP nº 3, apresentado ao Projeto de Lei (PL) nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, manifestou indignação com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da criação de 200 cargos para o STF, declarando que o Partido Liberal e a Oposição votaram contra o PL, por responsabilidade com o Brasil. Cobrou publicamente o Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, e desafiou os Senadores a não se submeterem ao STF.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a votação do artigo 1º do substitutivo constante do PRLP nº 3, apresentado ao Projeto de Lei (PL) nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, anunciou a apresentação de uma moção contrária à taxaço imposta pelo Governo Trump sobre a economia brasileira, classificando-a como absurda e prejudicial às empresas nacionais, como a Embraer. Defendeu que o Parlamento brasileiro se posicione de forma ativa, rejeitando a submissão aos interesses norte-americanos e erguendo sua voz em defesa do País. Reforçou que os Deputados devem estar ao lado do Brasil, e não alinhados à política de taxaço imposta pelos Estados Unidos.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado comentou o discurso do Parlamentar Pompeu de Matos, assinalando respeito, mas questionando a coerência de suas críticas à taxaço imposta pelos Estados Unidos. Afirmou que o verdadeiro responsável pelo sufocamento econômico do Brasil seria o Governo Lula, que tem imposto novas alíquotas e tributos com frequência, penalizando empresários e a população. Declarou oposição tanto à taxaço externa quanto à política fiscal do atual Governo, além de criticar a suposta perseguição a brasileiros e ao ex-Presidente Bolsonaro por parte do Executivo e do STF.

Orlando Silva (PCdoB - SP) - O Deputado afirmou que a história brasileira sempre foi marcada pela divisão entre patriotas e traidores da Nação, traçando um paralelo com o episódio atual envolvendo o tarifaço imposto por Donald Trump. Considerou que a medida, acompanhada de críticas ao Supremo Tribunal Federal



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

e à democracia brasileira, representa um ataque político que fere a soberania nacional e desrespeita a escolha popular que elegeu o Presidente Lula. Defendeu a economia nacional e criticou a atuação do Deputado Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos, classificando-a como traição aos interesses do Brasil.

Guilherme Boulos (PSOL - SP) - O Deputado declarou que o episódio da taxaço imposta pelos Estados Unidos expõe a incoerência de figuras políticas que se diziam patriotas durante as eleições, mas que agora estariam ao lado de interesses estrangeiros. Criticou o ex-Presidente Bolsonaro e aliados, responsabilizando-os pela medida, que classificou como a “taxa Bolsonaro”, e alertou para seus impactos negativos sobre o emprego no Brasil. Por fim, questionou se líderes políticos como Bolsonaro, Tarcísio e Nikolas voltarão a apoiar o ex-Presidente Trump, acusando-os de agir contra os interesses nacionais.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado criticou a postura do Presidente Lula e atribuiu a responsabilidade pela taxaço imposta por Donald Trump à condução diplomática do atual Governo. Afirmou que declarações de Lula e de Janja contribuíram para o desgaste com os Estados Unidos, classificando-as como provocativas e desrespeitosas. Acusou o Presidente de não ter capacidade para administrar o Brasil, apontou falta de responsabilidade fiscal e declarou que o País estaria sendo prejudicado pela gestão do Partido doT, que considerou marcada por covardia e incompetência.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado responsabilizou o Presidente Lula e o Ministro Alexandre de Moraes pela taxaço imposta pelos Estados Unidos ao Brasil. Afirmou que declarações do Presidente Donald Trump, contidas em carta, mencionaram diretamente a situação de Bolsonaro, a defesa da liberdade de expressão e críticas ao Supremo Tribunal Federal. Sustentou que a deterioração das relações diplomáticas decorre de atitudes do Governo atual, incluindo falas de Janja. Por fim, sugeriu que a solução para o impasse dependeria de uma mudança de postura do Executivo brasileiro.

Helio Lopes (PL - RJ) - O Deputado contestou a narrativa da Esquerda, afirmando que a taxaço imposta pelos Estados Unidos não estaria relacionada a Eduardo Bolsonaro ou ao ex-Presidente Bolsonaro, mas sim à atuação do Supremo Tribunal Federal, conforme declarado por Donald Trump. Criticou o uso da embaixada brasileira por Lula para defender pautas que não cabem ao Executivo, e alertou que declarações do Presidente poderiam agravar ainda mais a situação. Além disso, apontou que o Governo Lula teria utilizado o Bolsa Família como critério para restringir o acesso de pessoas vulneráveis ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Ao concluir, reiterou que a resolução do impasse depende de mudanças de postura por parte do atual Governo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado destacou que o debate sobre a sobretaxa imposta pelos Estados Unidos envolve diretamente a questão da soberania nacional. Afirmou que o Brasil tem autonomia para decidir suas relações internacionais e que a atuação no âmbito do BRICS tem causado incômodo aos que desejam exercer hegemonia global. Defendeu a união entre Oposição e Situação em prol do País e da posição do Presidente da República. Por fim, criticou aqueles que estariam celebrando a taxa que prejudica os produtos brasileiros.

Camila Jara (PT - MS) - A Deputada citou declarações do Presidente da Colômbia, Gustavo Petro, para contextualizar a política tarifária adotada por Donald Trump, destacando que países como Alemanha e França também foram ameaçados economicamente, mesmo sem confrontos diretos. Criticou a extrema Direita brasileira por considerar que estaria colocando o País em risco ao priorizar disputas eleitorais e projetos pessoais de poder. Assinalou que essa postura afeta diretamente o agronegócio, setor que historicamente os apoia. Ao finalizar, afirmou o compromisso de continuar lutando em defesa da América Latina.

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou a postura do Presidente da República durante a recente reunião do BRICS, destacando a presença de Vice-Presidentes na reunião, o que evidenciou a perda de importância diplomática do País. Reprovou ainda o ato do Presidente, que carregou um cartaz contra a Justiça argentina, atitude que considerou indignante e permitida pelo cerimonial da Presidência. Alertou ainda para os impactos negativos dessa conduta no setor produtivo brasileiro, especialmente nos exportadores de camarão, pescado e frutas para os Estados Unidos, que poderão sofrer com novas taxas.

Guilherme Boulos (PSOL - SP) - O Deputado criticou um general do Exército brasileiro por se alinhar a traidores da Pátria. Respondeu a um Deputado de Minas Gerais, acusando-o de fazer "lacrção e gracinha" e questionou se teria coragem para falar com trabalhadores do Vale do Aço, que perderão empregos devido às taxas dos Estados Unidos, chamadas por ele de "taxa Bolsonaro". Por fim, afirmou que a verdadeira face dos falsos patriotas foi revelada, classificando-os como lambe-botas dos EUA e lacaios do imperialismo americano, reforçando que não há mais argumentos a apresentar sobre o tema.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei (PL) nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, criticou o prestígio dado ao STF, destacando a aprovação de 200 novos cargos para o tribunal, o que aumentou os custos para os contribuintes. Apontou que o Judiciário brasileiro é um dos mais caros do mundo e mencionou que Donald Trump responsabilizou o Presidente e o STF pelas tarifas elevadas dos EUA ao Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

General Girão (PL - RN) - O Deputado respondeu a um pronunciamento que fazia menção ao seu nome e reafirmou sua identidade como militar, defendendo a honra dos generais como servidores do Estado. Criticou o Presidente Lula, acusando-o de prejudicar a imagem do Brasil no cenário internacional e de impor excesso de tributos. Ademais, afirmou que o atual Governo estaria conduzindo o País a um agravamento de sua crise interna, com decisões que comprometem a soberania e a economia nacional.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado encaminhou a votação do artigo 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado apresentou questão de ordem com base no art. 175 do Regimento Interno, alegando que um Deputado desviou-se do tema em debate ao utilizar a tribuna para atacar o ex-Presidente Jair Bolsonaro. Relatou que o projeto em discussão tratava de destaque relacionado à criação de cargos no Judiciário, e não de temas políticos alheios à pauta. Criticou ainda a obsessão de alguns Deputados por Bolsonaro e Trump, responsabilizando o atual Presidente da República pelos problemas enfrentados pelo País.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal. Além disso, defendeu a postura do Presidente Donald Trump ao anunciar tarifas ao Brasil, negando que tal medida configure ataque à soberania nacional. Esclareceu que Trump agiu dentro do direito de um país soberano e democrático. Além disso, criticou o Supremo Tribunal Federal, acusando-o de extrapolar suas funções e perseguir o ex-Presidente Bolsonaro. Afirmou que as novas tarifas são uma forma de "tocar no bolso" e despertar a população sobre a situação política atual, classificando o cenário brasileiro como uma distopia institucional.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do artigo 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal. Além disso, criticou a interferência de Donald Trump na política brasileira. Destacou que o Presidente norte-americano tenta atacar o Presidente Lula e o Supremo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Tribunal Federal, mas acaba prejudicando setores econômicos ligados à base de apoio de Jair Bolsonaro, como os exportadores de São Paulo. Também questionou o silêncio do Governador Tarcísio de Freitas, que havia elogiado Trump dias antes. Concluiu afirmando que a medida configura uma sanção econômica por motivos políticos e reforçou que o Brasil não deve se submeter aos interesses dos Estados Unidos.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal. Além disso, criticou o Presidente Donald Trump, afirmando que ele está interferindo na soberania brasileira ao adotar medidas que prejudicam o povo e os empresários do País, especialmente do agronegócio. Ressaltou que o povo brasileiro não se curva a tiranias e que, se necessário, preferirá morrer de pé a viver agachado diante de ameaças externas. Isidório ainda destacou que até figuras como Elon Musk já se afastaram de Trump e que há instabilidade nos próprios Estados Unidos.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Luciano Alves (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do artigo 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal. Além disso, condenou a postura do Presidente Donald Trump, que tenta interferir na soberania brasileira ao impor sanções econômicas em defesa de um investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Também responsabilizou o bolsonarismo por atuar contra o Brasil ao articular sanções internacionais, destacando que há um Deputado brasileiro no exterior agindo de forma contrária aos interesses nacionais, o que classificou como crime de lesa-pátria.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal. Além disso, criticou a aproximação do Governo com regimes autoritários e afirmou que a Direita brasileira prefere alianças com democracias, como os Estados Unidos. Responsabilizou o Presidente Lula e o Supremo Tribunal Federal pela taxaço imposta ao Brasil pelo governo norte-americano, alegando que ambos contribuem para a chamada ditadura da toga

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado responsabilizou o Governo Lula e o Supremo Tribunal Federal pela taxaço de 50% imposta pelo Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, às exportações brasileiras. Em seguida, leu trechos da carta de Trump, que cita o tratamento dado ao ex-Presidente Jair Bolsonaro e acusa o Supremo Tribunal Federal de censura. Ademais, defendeu Trump, criticou a política externa brasileira, mencionou o Foro de São Paulo e questionou a ausência de resposta do Presidente Lula. Em seguida, criticou o comportamento do Deputado André Janones, a quem acusou de rachadinha e desrespeito ao Parlamento.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado pediu providências à Presidência da Câmara diante da postura do Deputado André Janones durante a fala do Deputado Nikolas Ferreira. Sobre o assunto, acusou o Parlamentar de provocar tumulto intencionalmente no plenário, com ofensas verbais e comportamento desrespeitoso, apesar de raramente participar das sessões. Além disso, destacou que o Deputado André Janones teria agido para provocar reações físicas e ofendido colegas de forma gratuita. Por fim, afirmou ter respeito por membros da Esquerda, mas criticou o comportamento do Deputado André Janones e solicitou que a Mesa Diretora o represente no Conselho de Ética.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado responsabilizou o Presidente Lula e o Supremo Tribunal Federal pela imposição de tarifas de 50% pelos Estados Unidos contra o Brasil, classificando a medida como uma sanção sem precedentes. Ressaltou que essa reação se deu por censura e perseguições políticas promovidas por autoridades brasileiras, afetando inclusive cidadãos e empresas americanas. Além disso, defendeu a anistia a perseguidos políticos, a instauração de uma CPI para investigar abusos do Supremo Tribunal Federal e a abertura de processos de *impeachment* de Ministros da Suprema Corte. Ao finalizar, apelou à Câmara e ao Senado para que liderem a reação institucional à crise.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado encaminhou a votação do artigo 3º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado reagiu às manifestações da extrema Direita, que gritava “rachadinha”, ironizando a possível entrada do Senador Flávio Bolsonaro, a quem tachou de símbolo dessa prática. Assinalou que a votação do Projeto de Lei nº 769, de 2024, vem sendo usada como parte de uma ofensiva contra o Supremo Tribunal Federal, especialmente após medidas adotadas por Donald Trump contra o Brasil. Criticou Parlamentares que apoiaram esse “tarifaço” e declarou que tais figuras deveriam se candidatar nos Estados Unidos. Por fim, mencionou o Deputado Federal licenciado, Eduardo Bolsonaro, como articulador do episódio e, em referência a Mercedes Sosa, concluiu com um apelo à memória e à justiça.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a votação do artigo 3º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal. Além disso, declarou que a sessão representava uma noite de vergonha para a Câmara, criticando dois colegas: um, que seria cassado em breve, e outro, que, apesar de já merecer cassação, permanecia no cargo por ser de Esquerda. Apontou comportamentos inadequados, com destempero e busca por holofotes, os quais não mereceram resposta. Por fim, reafirmou a necessidade de honra, dignidade e responsabilidade na representação Parlamentar, defendendo a cassação daqueles que envergonham a Casa.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a votação do artigo 3º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal. Além disso, manifestou indignação com a conduta de colegas em Plenário, assinalando sentir vergonha diante das tentativas de inverter responsabilidades quanto à atual crise. Declarou que a verdadeira origem dos problemas foi a tentativa de golpe contra a democracia, cujos responsáveis estão sendo julgados pelo Supremo Tribunal Federal. Criticou Parlamentar que teria fugido do País para articular sanções contra o Brasil, prejudicando o agro, a indústria e a economia nacional. Por fim, rejeitou o alinhamento com interesses estrangeiros, acusando de “lambe-botas do império americano” aqueles que apoiaram medidas contrárias aos interesses nacionais, e exigiu respostas ao povo e aos produtores brasileiros.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a votação do artigo 3º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Supremo Tribunal Federal. Além disso, reafirmou posição contrária ao que chamou de chantagem representada pelo tarifaço imposto pelo Presidente Donald Trump, destacando a necessidade de reação firme por parte do Brasil e desta Casa Legislativa. Criticou os impactos sobre setores estratégicos como siderurgia, agronegócio, aeronáutica (citando a Embraer), petróleo e mineração, assinalando que a economia nacional vem sendo duramente taxada. Por fim, declarou que o Parlamento deve escolher seu lado, defendendo que esse lado seja o do Brasil, em defesa da soberania e da dignidade nacional.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado orientou a votação do artigo 3º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal. Além disso, classificou como grave a postura de colegas que defenderam intervenção no Brasil, taxações de 50% e ingerência no Judiciário nacional. Apontou-os como “capachos do imperialismo americano” e submissos ao Presidente Donald Trump, apontando a incoerência entre exaltar símbolos nacionais e, ao mesmo tempo, se alinhar a interesses estrangeiros. Afirmou que esses Parlamentares enfrentarão a reação de setores como o agronegócio exportador e defendeu a execração pública daqueles que venderam a Pátria.

Luciano Alves (PSD - PR) - O Deputado orientou a votação do artigo 3º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei (PL) nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal. Além disso, solicitou aos colegas que rejeitassem o PL que cria cargos comissionados no Supremo Tribunal Federal (STF). Considerou inaceitável a ampliação desses cargos, questionando se haveria favorecimento ou retribuição ao STF por parte do Parlamento. Afirmou que a população não vê o STF com bons olhos e concluiu pedindo que se votasse “não”, em nome do Brasil.

Aliel Machado (PV - PR) - O Deputado elogiou a condução serena dos trabalhos pelo Presidente da sessão, mesmo diante de ataques pessoais que comprometem o bom andamento dos debates. Em seguida, classificou como um dos maiores ataques à soberania nacional o anúncio feito pelo Presidente Donald Trump, criticando o Deputado Nikolas por ter lido uma carta que, em sua visão, fere o agronegócio e a indústria brasileira. Considerou também inaceitável a tentativa de ingerência dos Estados Unidos na Justiça e na política do Brasil. Por fim, defendeu a união dos Parlamentares em defesa da Nação, destacando que todos juraram proteger o País e seus setores estratégicos.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado defendeu o ex-Presidente Jair Bolsonaro, citando a carta recente de Donald Trump como evidência de uma suposta perseguição política. Afirmou que o documento aponta violações à liberdade de expressão no Brasil atribuídas ao Supremo Tribunal Federal e questiona a lisura das



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

eleições. Criticou também o silêncio do Presidente Lula diante da carta e sugeriu que o País está sendo cobrado internacionalmente por práticas antidemocráticas. Por fim, declarou que a “fatura” cobrada pelo “mundo livre” está nas mãos do atual Governo.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do parágrafo único do artigo 3º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do parágrafo único do artigo 3º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do parágrafo único do artigo 3º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal. Além disso, respondeu críticas feitas por Parlamentares do PSOL, especialmente sobre a tarifação imposta pelos Estados Unidos. Citou a nota divulgada por Donald Trump, que responsabiliza as políticas do Presidente Lula e decisões do Supremo Tribunal Federal pelo agravamento da relação com os EUA.

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do parágrafo único do artigo 3º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal. Além disso, comentou a prisão do namorado de uma Vereadora do PSOL em São Paulo. Ressaltou que o homem, condenado a 7 anos por roubo, foi identificado pelo sistema de câmeras com inteligência artificial da Prefeitura. Ironizou a ação do PSOL que tenta barrar esse sistema, criticou a justificativa do partido, que alegava preocupação com o patrimônio público e privacidade, e reforçou seu apoio ao uso da tecnologia para segurança pública.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado orientou a bancada na votação do parágrafo único do artigo 3º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal. Além disso, responsabilizou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela imposição de tarifas comerciais pelos Estados Unidos ao Brasil. Afirmou que Lula tem causado sucessivos incidentes diplomáticos, citando críticas ao Presidente Trump, declarações sobre a guerra na Ucrânia, e apoio a regimes e figuras condenadas por corrupção. Por fim, apelou ao Congresso para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

reagir e proteger a economia nacional, criticando o Governo por aumentar impostos e enfraquecer as relações internacionais.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do parágrafo único do artigo 3º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal. Além disso, classificou como vergonhosa a postura de Deputados que apoiam a taxação de 50% sobre produtos brasileiros, imposta pelo governo norte-americano, e questionou a incoerência desses Parlamentares, que antes se diziam contrários à cobrança excessiva de impostos no Brasil. Acusou ainda o Deputado Eduardo Bolsonaro de cometer "crime de lesa-pátria" por suas ações no exterior, alegando que essas atitudes prejudicam o País.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado solicitou ao Presidente da sessão o cumprimento do ato da Mesa Diretora que proíbe manifestações não verbais no plenário, como o uso de bonés, plaquinhas, broches e cartazes. Afirmou ter visto uma Deputada do PT com um cartaz referente a um tema que estaria sendo usado como "tábua de salvação" pela bancada petista. Pediu que a regra seja aplicada de forma equânime, advertindo que, caso a proibição não seja respeitada, os Parlamentares da Oposição também voltarão a utilizar esse tipo de material nas sessões.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada manifestou-se em relação ao uso de um boné no Plenário da Câmara. Esclareceu que sua atitude não configurava propaganda estrangeira nem violava o Regimento Interno, afirmando tratar-se de um gesto simbólico em defesa do povo brasileiro. No entanto, em respeito à Presidência da Casa e à decisão da maioria, retirou o acessório, reforçando que sua manifestação foi pacífica e voltada ao interesse nacional.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado se manifestou a respeito do uso de boné no Plenário da Câmara dos Deputados, tema que gerou debate após a Deputada Benedita da Silva ter utilizado o acessório. Explicou que foi ele quem entregou o boné à colega e defendeu que o item não infringe o Ato da Mesa Diretora, que trata da proibição de faixas, cartazes e banners, mas não menciona especificamente bonés. Destacou que a mensagem estampada, "o Brasil é dos brasileiros", é patriótica e não ofensiva. Segundo ele, a manifestação foi simbólica e respeitosa, sem intuito de provocar ou descumprir as normas da Casa.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do parágrafo único do artigo 3º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 769, de 2024, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal. Criticou a criação desses cargos,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

vinculando essa medida à recente taxação de 50% imposta pelos Estados Unidos a produtos brasileiros. Afirmou que tanto o Presidente Lula quanto o Ministro Alexandre de Moraes seriam responsáveis por essa retaliação internacional, que ele atribui a uma suposta perseguição política e abuso de autoridade.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado repudiou a taxação imposta pelos Estados Unidos a produtos brasileiros, classificando-a como uma agressão à soberania nacional e uma interferência política inaceitável. Defendeu que o Governo Lula adotará medidas de retaliação com base na Lei nº 15.122, de 2025, aprovada pelo Congresso, e afirmou que o Brasil não aceitará imposições que prejudiquem sua economia e desrespeitem o direito internacional. Criticou, ainda, Parlamentares que apoiam a medida americana e pediu união do Congresso em defesa do Brasil, especialmente do agronegócio, ressaltando que o País manterá uma política externa firme e soberana.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado leu uma nota oficial do Presidente Lula repudiando a tentativa de ingerência do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre o julgamento de golpistas no Brasil, reafirmando a soberania nacional e a independência das instituições brasileiras. Classificou como histórica e grave a ofensiva norte-americana e acusou a extrema direita bolsonarista de atuar contra os interesses do Brasil, citando o Deputado Eduardo Bolsonaro como articulador de sanções prejudiciais ao País. Defendeu a união do Parlamento e da sociedade em torno da soberania nacional, elogiou a postura firme de Lula e convocou os setores produtivos a reagirem contra as tarifas impostas pelos Estados Unidos, que impactam diretamente o agronegócio e a indústria brasileira.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado criticou o Governo Lula, responsabilizando-o pelo agravamento da crise diplomática com os Estados Unidos e pela taxação de produtos brasileiros. Acusou o Governo de manter relações apenas com ditaduras e de isolar o Brasil no cenário internacional, desprezando a diplomacia com potências democráticas. Rejeitou as tentativas de culpar Bolsonaro pela crise e afirmou que o atual Governo está colhendo os frutos de suas escolhas ideológicas. Também atacou a Primeira-Dama por declarações contra jornalistas e reclamou do aumento de impostos, dizendo que a população está sofrendo com a perda de poder de compra. Por fim, defendeu Bolsonaro como o líder mais popular da América Latina e disse que o Governo atual está fracassando ao repetir o discurso de polarização social.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada manifestou indignação contra as declarações do Líder do PL, Deputado Sóstenes Cavalcante, afirmando que ele agrediu verbalmente uma mulher ao chamar a Primeira-Dama de "desonrada". Destacou que esse tipo de atitude reforça a violência cotidiana sofrida pelas mulheres



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

e exigiu respeito, ressaltando que nenhuma mulher deve ser alvo desse tipo de ataque, especialmente no ambiente parlamentar.

Ruy Carneiro (PODE - PB) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.062, de 2022, que altera a redação dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos.

Célio Studart (PSD - CE) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.062, de 2022, que altera a redação dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada criticou a tarifa anunciada pelo Presidente Donald Trump, classificando-a como uma forma de chantagem e tentativa de interferência na soberania e nas instituições do Brasil, especialmente no Supremo Tribunal Federal. Defendeu a resposta firme do Brasil diante da ameaça e repudiou a atitude de políticos brasileiros que apoiaram o gesto norte-americano. Responsabilizou Jair Bolsonaro e seus aliados por eventuais prejuízos à economia nacional, como perda de empregos e competitividade. Encerrou reforçando que o Brasil é uma Nação soberana e não aceitará ser subordinado a interesses estrangeiros.

Marcos Pereira (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado parabenizou o Presidente Hugo Motta e o Colégio de Líderes pela inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 3.062, de 2022, de proteção aos animais, de autoria do ex-Deputado Ricardo Izar. Destacou a importância do tema, ressaltando o crescimento da causa animal no Brasil e no mundo, e expressou satisfação ao ver a proposta avançar na Câmara.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.062, de 2022, que altera a redação dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado, autor da Emenda nº 5 à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social, convocou os Prefeitos, especialmente os que administram Municípios com Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), a comparecerem à Câmara na votação do relatório do Deputado Baleia Rossi. Destacou que mais de 1.200 Municípios ainda não fizeram a reforma da previdência local, o que amplia o passivo atuarial e dificulta o pagamento das aposentadorias. Ressaltou que a PEC propõe um prazo de 18 meses para que os Municípios façam suas reformas, sob pena de adotarem a mesma regra previdenciária da União. Além disso, defendeu a proposta como uma medida para garantir o pagamento futuro dos servidores inativos e evitar colapso financeiro municipal, principalmente nos locais onde os institutos de previdência foram mal geridos. Finalizou apoiando a mobilização da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e reiterando o convite aos gestores municipais.

Delegado Matheus Laiola (UNIÃO - PR) - O Deputado discutiu, em turno único, o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.062, de 2022, que altera a redação dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos. Na oportunidade, destacou os avanços legislativos dos últimos dois anos na Câmara em defesa dos animais, como o aumento de pena para casos de zoofilia, a Lei Joca, entre outras conquistas. Além disso, homenageou o ex-Deputado Ricardo Izar, autor original da proposta há 12 anos, afirmando que o Congresso não estava maduro na época, mas que agora a ciência oferece alternativas viáveis. Por fim, também elogiou o Relator Ruy Carneiro, agradecendo pelo parecer favorável, e reforçando que a votação marcaria um ponto de virada na história da proteção animal no Brasil.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado discutiu, em turno único, o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.062, de 2022, que altera a redação dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos. Na oportunidade, destacou o legado do ex-Deputado Ricardo Izar, reconhecido como um dos principais defensores da causa animal no Congresso, e elogiou o relatório técnico e ético do Deputado Ruy Carneiro. Reforçou que a iniciativa coloca os animais como parte integrante do planeta, com direito à dignidade e proteção contra sofrimento desnecessário, especialmente diante da existência de alternativas tecnológicas a testes em cosméticos e produtos de higiene. Concluiu



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

saudando o avanço ético da Câmara e afirmando que a aprovação do projeto representa um marco histórico para a proteção animal no Brasil.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado discutiu, em turno único, o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.062, de 2022, que altera a redação dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos. Na oportunidade, classificou como absurdo o atraso na aprovação e declarou apoio total à causa animal, elogiando o autor do projeto, o ex-Deputado Ricardo Izar, e o relator Ruy Carneiro, por conduzir um parecer alinhado com um movimento ético e global. Concluiu reforçando o apoio integral do partido Podemos à matéria.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado discutiu, em turno único, o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.062, de 2022, que altera a redação dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos. Na oportunidade, também criticou a lentidão em projetos semelhantes, como o que trata das condições de animais criados para consumo — galinhas confinadas em espaços mínimos, porcos e outros animais submetidos a extremo sofrimento — defendendo que a produção de alimentos deveria evoluir para respeitar o bem-estar animal. Por fim, fez críticas à desinformação em discursos parlamentares, ironizando declarações da extrema direita sobre diplomacia brasileira, e encerrou com um apelo à lucidez e ao respeito à verdade.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu, em turno único, o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.062, de 2022, que altera a redação dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos. Em seguida, ampliou o debate para a geopolítica, criticando o Presidente Donald Trump e condenando qualquer alinhamento servil do Brasil aos interesses dos Estados Unidos. Comparou esse comportamento ao do Embaixador Juracy Magalhães na ditadura militar, reforçando que o Brasil deve manter sua soberania, dignidade e autonomia internacional, sobretudo frente a atitudes imperialistas e intervencionistas. Finalizou com um apelo à independência dos povos e ao repúdio de posturas autoritárias, tanto no plano nacional quanto global.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu, em turno único, o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.062, de 2022, que altera a redação dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos. Em seguida, fez críticas à extrema Direita brasileira, especialmente a figuras ligadas à família Bolsonaro, acusando-os de traição à pátria ao buscar sanções contra o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, nos Estados Unidos e apoiar políticas que resultaram em tarifas de 50% sobre produtos brasileiros, o que poderia gerar desemprego e danos econômicos à população. Também reagiu com indignação à leitura de uma carta de Donald Trump em plenário e à aprovação de moção de louvor ao ex-Presidente norte-americano, afirmando que isso representa subserviência aos interesses estrangeiros e um ataque à soberania nacional. Defendeu que esses Parlamentares deveriam “concorrer pelos Estados Unidos” e não pelo Brasil. Por fim, conclamou o povo brasileiro a ir às ruas para defender pautas populares, como o fim da escala 6x1 e a taxaço dos super-ricos, e rechaçar o imperialismo norte-americano e o avanço da extrema direita internacional.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado discutiu, em turno único, o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.062, de 2022, que altera a redação dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos. Na oportunidade, inspirado pela espiritualidade franciscana, evocou o exemplo de São Francisco de Assis, patrono dos animais e defensor da vida em todas as suas formas, como símbolo do respeito que os humanos devem ter pelos seres vivos. Além disso, saudou o autor e o relator do projeto, reiterando que o Brasil está dando um recado à sociedade global ao recusar o sofrimento animal. Por fim, criticou a aprovação de uma moção de louvor a Donald Trump, na Comissão de Relações Exteriores, de autoria do Deputado Sóstenes Cavalcante, considerando-a vergonhosa, especialmente no mesmo dia em que Trump impôs tarifas de 50% sobre produtos brasileiros.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado esclareceu que a moção de louvor de sua autoria, recentemente aprovada, refere-se à manifestação pública do Presidente norte-americano Donald Trump em apoio ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, e não à taxaço de 50% imposta pelos Estados Unidos a produtos brasileiros. Afirmou que a responsabilização por esse impacto econômico recai sobre o Governo Lula, que classificou como “descondenado”, e sobre os “exageros” do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, que supostamente prejudicam as relações internacionais com países democráticos. Finalizou reafirmando que não apoia a taxaço, que penaliza o povo brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado discutiu, em turno único, o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.062, de 2022, que altera a redação dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos. Na oportunidade, destacou o avanço civilizatório e o apoio do Governo Lula, que criou políticas como o SinPatinhas e o ProPatinhas. Também criticou empresas que exploram animais e defendeu métodos científicos éticos. Em seguida, condenou a retaliação do Presidente norte-americano, Donald Trump ao Brasil com aumento de tarifas e acusou a direita brasileira de traição à pátria, exigindo posicionamento do Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Concluiu defendendo a soberania nacional e a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) contra os golpistas.

Marcelo Queiroz (PP - RJ) - O Deputado discutiu, em turno único, o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.062, de 2022, que altera a redação dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos. Na oportunidade, homenageou o autor da proposta, o falecido Deputado Ricardo Izar, e o relator Ruy Carneiro. Destacou a entrega de 1,6 milhão de assinaturas em apoio à causa e reforçou o papel da bancada animal, mencionando colegas como Duarte Jr., Bruno Lima e Delegado Matheus Laiola. Também lembrou conquistas anteriores, como a Lei Sansão e o aumento de pena para crimes de zoofilia, e anunciou como próxima meta o endurecimento das punições por maus-tratos a animais silvestres. Por fim, elogiou o Governo Federal e a Diretora Vanessa Negrini, do Departamento de Proteção Animal, defendendo a ampliação das políticas de castração e vacinação via universidades públicas.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado encaminhou a votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.062, de 2022, que altera a redação dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos. Na oportunidade, destacou a importância da bancada da Proteção Animal e relatou um episódio de zoofilia em Caxias (MA), condenando o crime e parabenizando a ação rápida das forças policiais. Finalizou defendendo a aprovação do projeto e reafirmando o compromisso com o bem-estar animal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.062, de 2022, que altera a redação dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos.

BREVES COMUNICAÇÕES

Caroline de Toni (PL - SC) - A Deputada acusou o Presidente Lula de isolar o Brasil internacionalmente e enfraquecer a democracia, ao se aliar a ditaduras e perseguir opositores como Jair Bolsonaro. Criticou a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente do Ministro Alexandre de Moraes, e defendeu que a inelegibilidade de Bolsonaro foi injusta. Reagiu à taxa de 50% sobre produtos brasileiros pelos Estados Unidos, atribuindo a medida às ações do Governo Lula, como consequência da suposta perseguição política ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, da censura e da repressão à liberdade de expressão no país. Encerrou pedindo “Fora, Lula” e denunciando o que considera um estado de exceção no país.

Paulão (PT - AL) - O Deputado criticou a extrema direita, acusando o ex-Presidente Jair Bolsonaro e seu filho de conspirarem contra o Brasil ao buscarem sanções nos Estados Unidos. Disse que essa atitude resultou na taxa de 50% sobre produtos brasileiros, o que atinge diretamente a economia nacional e o emprego. Classificou a conduta da família Bolsonaro como “lesa-pátria” e defendeu uma reação unificada do povo brasileiro para proteger os interesses nacionais e denunciar o comportamento da extrema direita.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 3.062, de 2022, que altera a redação dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos; classificando-o como um avanço histórico na defesa dos direitos dos animais, reconhecidos como seres sencientes. Destacou que a luta continua, com pautas como o fim da crueldade na indústria agropecuária, o fim da morte de pintinhos machos e do transporte de animais vivos. Por fim, reforçou o compromisso com uma nova forma de relação entre humanos, animais e o meio ambiente.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado criticou a decisão do Presidente Donald Trump de impor tarifas de 50% sobre exportações brasileiras, afirmando que a medida atinge diretamente a economia nacional, o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

agronegócio, as empresas e os trabalhadores do País. Mencionou estar surpreso com a postura da extrema Direita, que, segundo ele, “se ajoelha para os americanos e para Trump”, em vez de defender os interesses brasileiros. Ao final, afirmou que essa atitude representa oposição não apenas ao Governo, mas também aos empresários e trabalhadores, classificando o comportamento como “viralatismo”.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado anunciou a aprovação, na Comissão de Saúde, do Projeto de lei nº 3.715, de 2021, de sua autoria que cria a Política Nacional de Atenção aos Distúrbios do Sono. Informou que a proposta garante que exames, diagnósticos e tratamentos hoje disponíveis apenas em clínicas particulares passem a ser ofertados pelo SUS. Também relatou reunião com o Ministro Alexandre Padilha para viabilizar recursos destinados a novos hospitais em Imperatriz e Estreito (MA).

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado prestou homenagem ao Pastor Gedelti Gueiros, fundador da Igreja Cristã Maranata, falecido recentemente. Destacou o legado do líder espiritual na defesa da fé, da família e de valores cristãos, ressaltando sua importância para comunidades no Brasil e no exterior. Também expressou solidariedade à família e afirmou que o legado de Gedelti continuará inspirando gerações.

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado criticou a postura do Deputado André Janones, chamando-o de “rachador” e acusando-o de tentar invadir a tribuna durante discurso do Deputado Nikolas Ferreira. Afirmou que Janones encenou um “show” e insinuou que o Parlamentar poderia se autolesionar para acusar opositores. Também comentou a taxaço imposta por Donald Trump às exportações brasileiras, responsabilizando o Presidente Lula e o ministro Alexandre de Moraes, que, segundo ele, criaram um clima de perseguição a Jair Bolsonaro e aproximaram o Brasil de países sob sanções econômicas.

Coronel Tadeu (PL - SP) - O Deputado criticou o aumento de 50% nas tarifas comerciais impostas por Donald Trump ao Brasil, afirmando que a medida é reflexo da postura do Governo Lula, que, segundo ele, “brincou com fogo” e agora prejudica empresários brasileiros. Destacou que o gesto de Trump envia um recado contra o alinhamento com o Foro de São Paulo e elogiou a atuação do Deputado Eduardo Bolsonaro. Também parabenizou os paulistas pelos 92 anos da Revolução Constitucionalista de 1932, lembrando a luta por uma nova Constituição e eleições após a ascensão de Getúlio Vargas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que nenhum Parlamentar da Oposição está satisfeito com a taxaço imposta pelos Estados Unidos, mas responsabilizou o Governo Lula e decisões do Supremo Tribunal Federal pelo cenário atual. Mencionou que declarações “irresponsáveis” do Presidente e o que chamou de “ditadura da toga” resultaram na medida anunciada pelo Governo norte-americano. Também



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

criticou a derrubada de decretos do Executivo e do Legislativo pelo STF e afirmou que o Brasil vive fora da normalidade democrática.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado criticou a polarização política no Brasil e afirmou que disputas ideológicas não podem se sobrepor ao interesse público. Condenou a decisão do Presidente Donald Trump de aplicar tarifa de 50% aos produtos brasileiros e alertou que a reação baseada no princípio da reciprocidade, taxando produtos americanos, vai encarecer preços para os consumidores nacionais. Também defendeu que políticos atuem para servir às pessoas e não para atender a interesses próprios ou ideológicos.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado celebrou os 171 anos da cidade de Sousa (PB), conhecida como “Cidade Sorriso” e “Terra dos Dinossauros”. Destacou a importância turística do Município, famoso pelas pegadas de dinossauros, e agradeceu às lideranças da Segurança Pública e à Direita conservadora local pelo apoio político. Também anunciou a destinação de quase R\$ 1,5 milhão para Sousa, recurso voltado a melhorias na qualidade de vida da população.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado manifestou solidariedade ao General Braga Netto, que está em prisão preventiva há oito meses. Destacou a trajetória do militar, ressaltando sua conduta ilibada, serviços prestados à ONU e atuação na intervenção no Rio de Janeiro. Também classificou a prisão como “perseguição” contra conservadores e defendeu que o Ministro Alexandre de Moraes conceda alvará de soltura imediato. Por fim, afirmou que a detenção é prolongada, desproporcional e fere o devido processo legal.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado alertou para o aumento da violência na Paraíba, atribuindo a situação à omissão do Governo Federal e, sobretudo, do Governo Estadual. Relatou que o crime organizado e facções criminosas têm dominado o Estado, com registros de chacinhas, homicídios e assaltos, deixando a população assustada. Cobrou reforço no efetivo policial, melhores condições de trabalho para as forças de segurança e criticou os baixos salários pagos na área. Também defendeu a aprovação de um novo Código Penal e de Processo Penal para endurecer a punição aos criminosos e devolver a sensação de segurança à população.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado denunciou o uso de fundos públicos para favorecer organizações ligadas ao PT e seus aliados, afirmando que isso configura um projeto de manutenção de poder. Informou que as transferências federais para ONGs cresceram de R\$ 6 bilhões, em 2012, para R\$ 13,9 bilhões, em 2024, sem a devida transparência. Citou casos como a ONG Unisol, que teria recebido R\$ 19,1 milhões



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

para serviços sem execução, e outras entidades beneficiadas com recursos e contratos irregulares. Também afirmou que há afronta a princípios constitucionais e cooptação do Estado para fins partidários. Por fim, defendeu maior fiscalização do TCU, ação da sociedade civil e transparência no uso do dinheiro público.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado destacou que o Tocantins conquistou a segunda posição na Região Norte em taxa de investimentos públicos, segundo o Ranking de Competitividade dos Estados do CLP, no eixo de Solidez Fiscal. Ressaltou que o resultado reflete uma gestão responsável e estratégica, com foco em infraestrutura, saúde, educação e desenvolvimento regional. Afirmou que o índice considera a relação entre investimento líquido e receita corrente líquida, demonstrando capacidade real de aplicação dos recursos. Também citou avanços como pavimentação de estradas, construção e reforma de escolas e hospitais, além de incentivos ao desenvolvimento sustentável. Por fim, reafirmou seu compromisso com políticas que reforcem uma gestão pública eficiente, ética e transparente, destacando que o Tocantins concilia solidez fiscal com sensibilidade social.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado destacou que o Maranhão alcançou posição de destaque no Ranking de Competitividade dos Estados, sendo líder no Nordeste e quarto no País em crescimento econômico, segundo o CLP. Ressaltou que o Estado registrou aumento de 1,9% no PIB no primeiro trimestre de 2025 e 3,4% na variação acumulada, superando a média regional e se aproximando do índice nacional. Atribuiu o avanço a políticas públicas eficazes, planejamento estratégico e esforços conjuntos entre Governo, setor privado e trabalhadores. Também defendeu a continuidade dos investimentos em infraestrutura, educação, inovação e sustentabilidade para manter o ritmo de desenvolvimento aliado à inclusão social.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado alertou para o avanço das tragédias climáticas no Brasil, destacando estudo do Programa Maré de Ciência (Unifesp) que aponta: 83% dos Municípios enfrentaram desastres provocados por chuvas intensas entre 2020 e 2023, contra 27% nos anos 1990. Informou que nesse período recente, ocorreram 7.539 eventos relacionados à chuva, 3,2 vezes mais que na década de 1990, causando 4.247 mortes desde então. Também citou prejuízos econômicos de R\$ 43 bilhões no período e mais R\$ 88,9 bilhões com as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024. Por fim, defendeu investimentos em drenagem, mapeamento de áreas de risco e sistemas de alerta, reforçando a urgência de políticas de adaptação e prevenção integradas diante do agravamento das mudanças climáticas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou a aprovação do texto-base do Projeto de lei nº 769, de 2024, que cria 200 novos cargos no Supremo Tribunal Federal, sendo 160 comissionados e 40 efetivos. Afirmou que a medida é um “tapa na cara do cidadão” em um País que enfrenta crise fiscal, desemprego e endividamento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 127.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/07/2025

Questionou a necessidade da ampliação da estrutura do STF, que já possui orçamento bilionário, benefícios e salários altos. Também declarou que a proposta, de autoria do Supremo e relatada pelo Deputado Defensor Stélio Dener, representa mais gastos e privilégios em momento inadequado.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado defendeu a pavimentação da BR-319, afirmando que os argumentos contrários sobre a abertura de ramais ilegais são tecnicamente superados pelas tecnologias disponíveis. Destacou que o Brasil possui sistemas avançados de monitoramento, como PRODES e DETER, capazes de detectar desmatamentos em tempo quase real, além de recursos como inteligência artificial, drones, sensores, câmeras e *blockchain* para controle rigoroso do acesso e prevenção de crimes ambientais. Também argumentou que a integração dessas tecnologias pode garantir fiscalização eficiente, transparência e desenvolvimento sustentável, promovendo geração de empregos qualificados e conectividade para comunidades locais.

ENCERRAMENTO